

A REALIDADE DAS ESCOLAS MULTISSERIADAS FRENTE ÀS CONQUISTAS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

HAGE, Salomão Mufarrej – UFPA

GT: Educação Fundamental/ n.13

Agência Financiadora: CNPq

Introdução

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou a realidade vivenciada por educadores e educandos nas escolas multisseriadas, situação em que se reúnem estudantes de várias séries na mesma sala de aula com apenas uma professora, e estabelece o contraste entre essa realidade e os marcos instituídos pela legislação educacional vigente.

A pesquisa foi desenvolvida envolvendo investigação bibliográfica, documental e de campo na construção de um Banco de Dados que em sua íntegra disponibiliza, dados estatísticos sobre as escolas multisseriadas no Pará levantados junto aos órgãos oficiais em 2002; e informações sobre as particularidades do processo de ensino-aprendizagem, identificadas durante a realização de observação e entrevistas com estudantes, professores, gestores, pais e lideranças locais envolvidos com as escolas multisseriadas de seis municípios, selecionados em face da localização em diferentes Meso-Regiões do Estado e por possuírem o maior número de escolas multisseriadas em sua rede de ensino.

O confronto estabelecido entre a realidade das escolas multisseriadas e os marcos legais existentes, nos permitem sinalizar duas questões que merecem ser consideradas por gestores públicos, ONGs, movimentos sociais e entidades de pesquisa na elaboração de políticas e estratégias educacionais para o meio rural, a saber: a) no desenvolvimento histórico do sistema de ensino em nosso país, o fator de localização da população se constitui enquanto elemento intensificador da desigualdade na oferta de oportunidades de escolarização, de forma que, quanto mais próximo dos centros urbanos, maiores são as oportunidades de ensino da população; b) a ampliação das oportunidades de ensino efetivada a partir da instituição da legislação vigente, não têm sido capaz de provocar alterações significativas no atendimento à escolarização dos povos do campo.

Para aprofundar a discussão, organizamos o conteúdo do pôster em três momentos, destacando: os marcos anunciados na legislação que abordam a educação no meio rural; dados de realidade das escolas multisseriadas; e indicadores para referenciar políticas educacionais que afirmem o direito à educação de qualidade das populações do campo.

Aspectos Legais a serem observados nas políticas e práticas educacionais no campo

A legislação educacional brasileira nos oferece ampla base legal para a implementação de políticas públicas que atendam as particularidades da vida rural. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), em seus Art. 28º e 23º, estabelece que os sistemas de ensino devem promover as adaptações necessárias para que a educação básica seja ofertada adequadamente, indicando a possibilidade de definirmos o currículo, a organização da escola, o calendário escolar e metodologias considerando às necessidades dos estudantes face às especificidades do ciclo agrícola, das condições climáticas; e do trabalho no campo. Essas adequações são importantes, pois, a simultaneidade entre trabalho e escolarização no meio rural tem incentivado o fracasso escolar.

Em consonância com a LDBEN, as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” oportunizam a elaboração de políticas públicas que afirmem a diversidade cultural, política, econômica, de gênero, geração e etnia presente no campo. Elas foram aprovadas pela Resolução CNE/ CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; constituindo-se num conjunto de princípios e procedimentos que visam legitimar a identidade própria das escolas do campo, que deve ser definida, numa vinculação estreita com sua realidade existencial, referenciando-se na temporalidade e saberes próprios dos povos do campo, em sua memória coletiva, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais. (Art. 2º, Parágrafo único)

Em seus Artigos 3º, 6º e 7º, respectivamente, a Resolução indica, que o Poder Público deve garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional; proporcionar Educação infantil e Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para os que não concluíram na idade prevista; e que os sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, devem regulamentar estratégias específicas de atendimentos escolar do campo, salvaguardando, os princípios da política da igualdade.

Retratos de realidade das Escolas Multisseriadas na Amazônia Paraense

A pesquisa realizada sobre a realidade vivenciada por educadores e educandos nas escolas multisseriadas nos revelou grandes desafios a serem enfrentados para que sejam cumpridos os preceitos constitucionais e os marcos operacionais anunciados nas

legislações educacionais específicas que definem os parâmetros de qualidade do ensino público.

Dados do INEP, do Censo Escolar de 2002 indicam que as escolas do campo totalizam mais da metade das escolas brasileiras, e que 64% delas são multisseriadas. Na Amazônia, a situação é preocupante, pois 71,7% das escolas que oferecem as séries iniciais do ensino fundamental são exclusivamente multisseriadas e atende 46,6% dos estudantes nessa etapa escolar, em condições precárias e com pouco aproveitamento na aprendizagem.

No Estado do Pará, *lócus* específico do estudo, o relatório apresentado ao CNPq, revelou um quadro alarmante em que as escolas multisseriadas atendem 97,45% da matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no campo. Nessas escolas, a taxa de distorção idade-série é de 81,2%, chegando a 90,51% na 4ª série; e a taxa de reprovação equivale a 25,64%, atingindo 36,27% na 1ª série. Entre os professores que nelas atuam, 10% possui apenas o ensino fundamental completo, 87,5% possui o Magistério, e menos de 1% concluiu o ensino superior. (GEPERUAZ, 2004)

A pesquisa também identificou particularidades que comprometem o processo de ensino-aprendizagem e tem provocado a infrequência e a evasão nas turmas, a saber: a precariedade da estrutura física; as dificuldades de transporte e as longas distâncias percorridas por professores e estudantes para chegar à escola, a oferta irregular da merenda, e a necessidade dos estudantes realizar atividades produtivas em face das precárias condições de vida no campo.

Os professores enfrentam uma sobrecarga de trabalho, sendo forçados a assumir outras funções, além da docência, a saber: faxineiro, líder comunitário, diretor, secretário, merendeiro, agricultor, agente de saúde, parteiro, etc. Eles também enfrentam interferências no trabalho advindas das secretarias de educação, como reflexo das relações políticas que envolvem o poder local, mudando constantemente de escola em função da instabilidade no emprego.

Os professores enfrentam dificuldades quanto ao planejamento pelo fato de trabalharem em turmas que reúnem até sete séries concomitantemente, incluindo educação infantil e ensino fundamental, situação em que a faixa etária, o interesse e o nível de aprendizagem dos estudantes é muito variado. A alternativa mais utilizada para viabilizar o planejamento nesses casos tem sido seguir o livro didático, sem atentar com clareza para as implicações curriculares dessa atitude, uma vez que esses materiais

didáticos impõem um currículo deslocado da vida e da cultura das populações do campo da região.

No caso da condução do processo pedagógico, os professores se sentem angustiados, sobretudo quando assumem a visão da multissérie enquanto “junção de várias séries numa mesma turma”, e têm que elaborar tantos planos e estratégias de ensino e avaliação diferenciados quanto forem as séries reunidas na turma; ação essa, fortalecida pelas secretarias de educação quando definem encaminhamentos pedagógicos e administrativos padronizados, desconsiderando as indicações legais detalhadas anteriormente.

No meio rural, os sujeitos se ressentem do apoio que as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação deveriam dispensar às escolas, sentindo-se discriminados em relação às escolas da cidade, que assumem prioridade em relação ao acompanhamento pedagógico e formação dos docentes. Os gestores públicos justificam a ausência do acompanhamento pela falta de estrutura e pessoal suficiente para a realizar a ação. Essas situações no conjunto associam a multissérie aos prejuízos na aprendizagem, motivando os sujeitos do campo, a considerá-la “um mal necessário” e perseguirem sua transformação em turmas seriadas, como alternativa para que o sucesso na aprendizagem ocorra.

Apontando indicadores de políticas educacionais emancipatórias para o campo

As escolas multisseriadas, em que pese as mazelas explicitadas, têm assumido a responsabilidade quanto à iniciação escolar da grande maioria dos sujeitos do campo, e, por esse motivo, se faz urgente a necessidade de serem incluídas na agenda das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, do MEC, das universidades e centros de pesquisa e dos movimentos sociais, como passo inicial para se cumprir os preceitos legais existentes.

Além disso, entendemos que o enfrentamento dos graves problemas que afligem a multissérie para ser efetivo deve considerar os desafios mais abrangentes que envolvem a realidade sócio-econômica-política-ambiental, cultural e educacional do campo, em que se destacam: a degradação das condições de vida, que resulta na intensificação da migração campo-cidade; e o fortalecimento de uma concepção urbano-cêntrica de mundo que generaliza a idéia de que o meio urbano é superior ao campo.

As escolas multisseriadas constituem sua identidade referenciada na “precarização do modelo urbano seriado de ensino” e para que ofereçam uma educação de qualidade se

faz necessário a transgressão desse modelo, que se funda na rigidez com que trata o tempo escolar, impondo a fragmentação em séries anuais e um processo contínuo de provas e testes aos estudantes, como requisito para a progressão no sistema educacional. As escolas multisseriadas têm assumido um currículo deslocado da cultura das populações do campo, inspirado em compreensões universalizantes, que sobrevalorizam concepções mercadológicas e urbano-cêntricas de vida e desenvolvimento, em detrimento dos saberes, e modos de vida do campo. Essa situação deve ser confrontada caso se pretenda enfrentar o fracasso escolar e afirmar as identidades culturais das populações do campo.

As escolas multisseriadas oportunizam aos sujeitos o acesso à escolarização em sua própria comunidade, fator que poderia contribuir significativamente para a permanência dos sujeitos no campo, com o fortalecimento dos laços de pertencimentos e a afirmação de suas identidades culturais, não fossem todas as mazelas que envolvem sua dinâmica educativa.

As escolas multisseriadas são espaços marcados predominantemente pela heterogeneidade reunindo grupos com diferenças de série, de sexo, de idade, de interesses, de domínio de conhecimentos, de níveis de aproveitamento, etc. Essa heterogeneidade inerente ao processo educativo deve ser afirmada na elaboração das políticas e práticas educativas para o meio rural, carecendo, no entanto, de muitos estudos para que o seu aproveitamento na organização do sistema de ensino, de forma nenhuma signifique a perpetuação da experiência precarizada de educação que se efetiva nas escolas multisseriadas.

Bibliografia

BRASIL/PR. Lei 9394 de 20 /12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

CNE/CEB. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo**. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de Abril de 2002.

GEPERUAZ. **Relatório da pesquisa “Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/ Região Amazônica”**, apresentado ao CNPq. Belém – PA. 2004.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica: censo escolar 2002**. MEC. Brasília, 2002.